RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 017/2023

O 2º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURA, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, Dr. NILTON GURJÃO DAS CHAGAS, torna pública a RETIFICAÇÃO da PORTARIA nº 017/2023 e INSTAURAÇÃO do Procedimento Investigatório Criminal-PIC nº 06.2023.00000326-1 (SAJ)-MP/2ªPJ/MA/PC/HU, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, sito na Rua Ângelo Custódio, nº36, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Procedimento Investigatório Criminal-PIC 06.2023.00000326-1 (SAJ)-MP/2ªPJMA/PC/HU

Instaurante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e art. 8º, §1º e §2º da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Investigado: ALVI COMÉRCIO DE GÁS EIRELI

Objeto de Investigação; Apurar denúncia a partir de representação do Sindicato das Empresas Revendedoras de GLP do Estado do Pará – SERGAP, na qual informavam que o estabelecimento localizado na Quinta Linha do Tenoné, esquina com a Rua das Laranjeiras, s/n, bairro do Tenoné, Belém/PA, supostamente não preenchia os requisitos previstos na legislação municipal vigente, infringindo, em especial, o art. 2º, I, da Lei Municipal nº 8.904/2012. Belém, 30 de agosto de 2023.

NILTON GURJÃO DAS CHAGAS

2º Promotor de Justiça de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém.

Protocolo: 981410

PORTARIA Nº 3510/2023-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de introduzir modificações na PORTARIA nº 6014/2019-MP/PGJ, de 09/10/2019, publicada no D.O.E. de 15/10/2019, nos termos da decisão contida no protocolo nº 9476/2022,

R E S O L V E:

Art. 1º Acrescentar os §§ 3º e 4º ao Art. 2º da PORTARIA nº 6014/2019-MP/PGJ, de 09/10/2019, publicada no D.O.E. de 15/10/2019, que dispôs sobre os procedimentos de avaliação de desempenho do estágio probatório dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do Ministério Público do Estado do Pará, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O estágio probatório compreende o período de 3 (três) anos de efetivo exercício, em que serão avaliadas, mediante processo de avaliação especial de desempenho, a aptidão e a capacidade do servidor para o desempenho do cargo efetivo para o qual foi nomeado.

§ 1º A nomeação do servidor efetivo em estágio probatório para cargo comissionado dos quadros do Ministério Público não suspende a avaliação de que trata este artigo, desde que haja compatibilidade de atribuições com o cargo de provimento efetivo para o qual o servidor foi nomeado.

§ 2º O servidor efetivo em estágio probatório cedido para outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios será avaliado pelo órgão cessionário, que deverá observar os critérios estabelecidos nesta PORTARIA.

§ 3º Será suspensa a contagem do estágio probatório do servidor em gozo de licença para tratamento de saúde quando a licença médica for superior a 180 (cento e oitenta) dias ininterruptos ou não, sendo que esse período não será contabilizado como de efetivo exercício para este fim específico.

§ 4º A contagem do estágio probatório de que trata o parágrafo anterior somente será reiniciada quando o servidor retornar ao efetivo exercício das atribuições do seu cargo efetivo".

Art. 2º Autorizar a republicação da PORTARIA nº 6014/2019-MP/PGJ, de 09/10/2019, publicada no D.O.E. de 15/10/2019, com as alterações introduzidas por este Ato.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belem, 28 de junho de 2023.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 6014/2019-MP/PGJ

Dispõe sobre os procedimentos de avaliação de desempenho do estágio probatório dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do Ministério Público do Estado do Pará.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e CONSIDERANDO a autonomia administrativa do Ministério Público, conferida pelo art. 127, § 2º, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto no art. 41, § 4º, da Constituição Federal, e no art. 40, § 4º, da Constituição do Estado do Pará;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 32 a 34 da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Pará (RJU);

CONSIDERANDO o disposto no art. 10 da Resolução nº 14/2003-MP/CPJ, de 18 de novembro de 2003, do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará,

CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoar a regulamentação dos procedimentos da avaliação de desempenho do estágio probatório dos servidores do Ministério Público do Estado do Pará,

RESOLVE:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta PORTARIA disciplina os procedimentos de avaliação de desempenho do estágio probatório dos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de aprovação em concurso público.

Art. 2º O estágio probatório compreende o período de 3 (três) anos de efetivo exercício, em que serão avaliadas, mediante processo de avaliação especial de desempenho, a aptidão e a capacidade do servidor para o desempenho do cargo efetivo para o qual foi nomeado.

§ 1º A nomeação do servidor efetivo em estágio probatório para cargo comissionado dos quadros do Ministério Público não suspende a avaliação de que trata este artigo, desde que haja compatibilidade de atribuições com o cargo de provimento efetivo para o qual o servidor foi nomeado.

§ 2º O servidor efetivo em estágio probatório cedido para outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios será avaliado pelo órgão cessionário, que deverá observar os critérios estabelecidos nesta PORTARIA.

"§ 3º Será suspensa a contagem do estágio probatório do servidor em gozo de licença para tratamento de saúde quando a licença médica for superior a 180 (cento e oitenta) dias ininterruptos ou não, sendo que esse período não será contabilizado como de efetivo exercício para este fim específico." (NR)

"§ 4º A contagem do estágio probatório de que trata o parágrafo anterior somente será reiniciada quando o servidor retornar ao efetivo exercício das atribuições do seu cargo efetivo" (NR)

Art. 3º Ficará dispensado do estágio probatório o servidor que tiver exercido o mesmo cargo público em que já tenha sido avaliado, conforme o disposto no art. 34, parágrafo único, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994.

§ 1º No requerimento de dispensa do estágio probatório, o servidor deverá comprovar, mediante prova documental, que foi efetivamente avaliado no mesmo cargo público, que a avaliação ocorreu pelo período de 3 (três) anos e foi devidamente homologada pela autoridade competente; e que há identidade de atribuições entre o cargo exercido e o cargo atualmente ocupado.

§ 2º No caso de o servidor ter sido avaliado por 24 (vinte e quatro) meses, a Administração Superior o dispensará parcialmente do estágio probatório, submetendo-o à avaliação por mais 12 (doze) meses, a fim de completar o período de 3 (três) anos de estágio probatório.

CAPÍTULO II**DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO**

Art. 4º Será instituída a Comissão de Avaliação de Desempenho dos servidores em estágio probatório, por meio de PORTARIA da Subprocuradoria-Geral de Justiça para área técnico-administrativa, composta por 3 (três) membros titulares e 2 (dois) suplentes, todos servidores efetivos e estáveis, ocupantes de cargo de igual grau de escolaridade ou superior ao do avaliado.

Art. 5º A Comissão de Avaliação de Desempenho deverá emitir parecer conclusivo fundamentado, sugerindo a confirmação no cargo e a aquisição da estabilidade aos considerados aptos, nos termos do art. 41, § 4º, da Constituição Federal, ou a exoneração dos considerados inaptos, nos termos do art. 32, § 2º, c/c art. 59, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 5.810, de 1994.

Art. 6º Compete à Comissão de Avaliação de Desempenho:

I - emitir parecer conclusivo considerando toda a documentação que compõe o processo de avaliação especial de desempenho do servidor efetivo em estágio probatório;

II - analisar e decidir os recursos interpostos contra avaliações parciais realizadas pela chefia imediata;

III - sugerir soluções para o desenvolvimento do servidor em estágio probatório;

IV - realizar qualquer outro ato que possibilite a boa execução das tarefas que lhe são afetas.

CAPÍTULO III**DOS FATORES DE AVALIAÇÃO**

Art. 7º A aptidão e a capacidade do servidor para o desempenho do cargo serão avaliadas por meio de processo de avaliação especial de desempenho, observados os seguintes fatores:

I - assiduidade;

II - disciplina;

III - capacidade de iniciativa;

IV - produtividade;

V - responsabilidade.

Art. 8º Para os efeitos do disposto no art. 7º desta PORTARIA, considerar-se-á:

I - assiduidade: o comparecimento regular ao serviço, dentro do horário estabelecido para o expediente na unidade de lotação, ressalvadas as hipóteses de teletrabalho, desde que previamente autorizadas nos termos de ato normativo próprio, casos em que o fator assiduidade deverá ser considerado prejudicado;

II - disciplina: o cumprimento dos regulamentos e das normas emanadas das autoridades competentes, obediência às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais, e demais obrigações funcionais estabelecidas no Título VI da Lei nº 5.810, de 1994;

III - capacidade de iniciativa: a habilidade em encontrar e adotar soluções legítimas e satisfatórias para situações não definidas pela chefia ou não previstas em processos, manuais ou normas de serviço;

IV - produtividade: o resultado eficiente e satisfatório informado pelos fatores de qualidade e quantidade na execução das atribuições do cargo, com o cumprimento das tarefas estabelecidas dentro do prazo programado;

V - responsabilidade: o comprometimento e a dedicação na execução das tarefas estabelecidas, considerando fatores de prudência, diligência, lealdade, sigilo profissional e zelo com os materiais, documentos e equipamentos sob sua guarda ou uso.

§ 1º Cada um dos fatores de avaliação será apurado a partir da pontuação dos respectivos subfatores indicados na ficha constante no Anexo I desta PORTARIA.

§ 2º Cada subfator será pontuado de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

§ 3º A avaliação será em forma de conceito, a partir dos pontos atribuídos.

§ 4º Ao final da avaliação de cada subfator, deve-se tirar a média dos subfatores somando os pontos e dividindo o resultado por 4, a fim de e obter os pontos de cada fator (0 - 10);

§ 5º O produto final consiste na soma das médias dos fatores e posterior divisão do resultado por 5.